

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012**SENHORES COTISTAS**

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras.

CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Panamericano Consórcio") é uma empresa controlada pela Panamericana de Seguros S.A. ("Panamericana Seguros"), que detém 78,99% de seu capital total, e pela Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Panamericano Leasing"), que detém 21,01% de seu capital total, sendo que ambas são controladas pelo Banco Panamericano S.A. ("Panamericano" ou "Banco"). A Panamericano Consórcio é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis.

EVENTOS RECENTES

Em 18 de janeiro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas do Panamericano aprovaram as propostas da Administração para, entre outros, aumentar o capital social do Panamericano em até R\$1,8 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais na ocasião existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 31 de janeiro de 2012, os controladores do Panamericano integralizaram a totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias no aumento de capital aprovado em 18 de janeiro.

Desta forma, o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") exerceu seu direito de subscrição de 81.897.014 ações ordinárias, no valor total de R\$495,5 milhões, enquanto a Caixa Participações S.A. ("Caixapar") exerceu seu direito de subscrição de 78.685.354 ações ordinárias, no valor total de R\$476,0 milhões.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, foi aprovada pelos acionistas do Panamericano a homologação parcial do aumento de capital, com a subscrição de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, totalizando o montante de R\$1.758.929.416,75.

Em 8 de junho de 2012, o Banco Central do Brasil ("Bacen") aprovou o aumento de capital e a reforma estatutária do Panamericano, conforme deliberados nas Assembleias Gerais de 18 de janeiro de 2012 e 1º de junho de 2012.

O aumento de capital do Panamericano fortalece sua capacidade de expandir suas operações, inclusive através da Panamericano Consórcio, se for o caso. Adicionalmente, a integralização, pelos controladores indiretos da Companhia, BTG Pactual e Caixapar, da totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias e preferenciais no aumento de capital do Panamericano, reforçam seu suporte e compromisso com o Panamericano e suas empresas controladas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

No exercício de 2012, a receita de prestação de serviços foi de R\$21,8 milhões, 63,7% maior em relação ao exercício de 2011. O resultado bruto da Panamericano Consórcio foi de R\$1,8 milhões em 2012, comparado a R\$2,1 milhões em 2011, o que representa uma queda de 13,3%.

A Panamericano Consórcio apresentou, em 2012, um lucro líquido de R\$6,2 milhões, comparável a um lucro líquido de R\$1,1 milhão em 2011. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 atingiu R\$18,7 milhões, com crescimento de 45,4% em relação ao exercício do ano anterior.

AUDITORES INDEPENDENTES

As informações financeiras da Panamericano Consórcio passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, no exercício de 2012 a Panamericano Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013.

* continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2012	2011
Circulante		6.442	4.933
Disponibilidades		5	21
Títulos e valores mobiliários		—	1.175
Carteira própria	4	—	1.175
Outros créditos		6.437	3.737
Diversos	5	6.437	3.737
Realizável a Longo Prazo		39.652	25.938
Títulos e valores mobiliários		28.090	18.099
Carteira própria	4	28.090	18.099
Outros créditos		10.572	7.839
Créditos Específicos	5	3.778	3.138
Diversos	5	6.794	4.701
Permanente		93	101
Investimentos		—	1
Outros investimentos		—	1
Imobilizado de uso		25	33
Outras imobilizações de uso		135	135
(-) Depreciações acumuladas		(110)	(102)
Intangível		68	67
Ativos intangíveis		496	496
(-) Amortizações acumuladas		(428)	(429)
Total do Ativo		45.187	30.972

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O 2º SEMESTRE DE 2012 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	12.388	1	—	(550)	11.839
Lucro líquido	—	—	—	1.080	1.080
Destinações:					
Reserva legal	—	—	26	(26)	—
Dividendos propostos	—	—	—	(26)	(26)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	12.388	1	26	12.893	478
Lucro líquido	—	—	—	478	478
Destinações:					
Reserva legal	—	—	310	(310)	—
Juros sobre capital próprio propostos	—	—	—	(347)	(347)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	12.388	1	336	6.020	18.745
Saldos em 30 de Junho de 2012	12.388	1	185	3.508	16.082
Lucro líquido	—	—	—	3.010	3.010
Destinações:					
Reserva legal	—	—	151	(151)	—
Juros sobre capital próprio propostos	—	—	—	(347)	(347)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	12.388	1	336	6.020	18.745

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2012	2011
Ativo Circulante		140.621	178.440
Disponibilidades		14	2
Depósitos bancários		14	2
Aplicações financeiras	18	82.993	115.865
Outros créditos		57.614	62.573
Bens retornados ou devolvidos		159	395
Direitos junto a consorciados contemplados		57.455	62.178
Normais		55.706	58.677
Em atraso		1.436	3.278
Em cobrança judicial		313	223
Compensação		639.905	353.347
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		2.391	2.617
Contribuições devidas ao grupo		344.166	199.233
Valor dos bens a contemplar		293.348	151.497
Total do Ativo e Compensação		780.526	531.787

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Administradora") é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Grupo Panamericano. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Em 27/05/2011, o Banco BTG Pactual S.A concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade de Silvio Santos Participações S.A e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30/03/2011, aproveando definitivamente a transferência das ações em 13/06/2011.

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31/01/2011.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil "BACEN", com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional "CMN" e da Comissão de Valores Mobiliários "CVM", quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a Administradora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- 1. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- 2. CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- 3. CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- 4. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- 5. CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- 6. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- 7. CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
- 8. CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do controlador e Diretoria em 18/02/2013.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) A apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência. As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio. As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.

c) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias, conforme disposto:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do exercício, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

d) Provisão para perdas
A provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio está constituída 100% sobre o total dos empréstimos efetuidos aos grupos de computadores.

e) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

f) Intangível
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado basicamente por ágio pago por rentabilidade futura de investimento, gastos com desenvolvimentos lógicos e benéficas em imóveis de terceiros. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

g) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Os créditos tributários são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

h) Obrigações
As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual a do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio".

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

k) Lucro por cota
O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações financeiras.

i) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

m) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. Se dividem em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras;
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- iii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras para as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2012.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2012		31/12/2011	
	De 1 a 3 anos	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil

Papel/lastro da operação					
Títulos disponíveis para venda					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	28.080	28.080	28.080	—	—
Títulos mantidos até o vencimento					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	—	—	2.773	2.773	2.773
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	—	—	16.501	16.544	16.544
Total	28.080	28.080	28.080	19.274	19.317
(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI.					
(b) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.					

5. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2012	31/12/2011
Créditos específicos		
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	3.497	3.061
Bens retornados após encerramento	291	3.138
Total (*)	3.778	3.138
(*) Nota 6		
Diversos		
Taxa de administração a receber	96	407
Cotas de grupos de consórcio (a)	204	366
Empréstimos a grupos de consórcio (b)	751	614
Provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio	(614)	(614)
Impostos a compensar	4.223	1.976
Créditos tributários (nota 14)	2.383	3.047
Depósitos e bloqueios judiciais	5.880	2.264
Valores a receber de sociedades ligadas	—	113
Outros créditos	308	265
Total	13.231	8.438
(a) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.		
(b) Referem-se a empréstimos efetuidos aos grupos de consórcio para encerramento destes no período de 12/2004 à 06/2012. Esses valores serão devolvidos a Administradora à medida que forem recebidos os valores pendentes de cobrança.		

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2012	31/12/2011
Fiscais e previdenciárias		
Parcelamento Refis - Lei nº 11.941/2009	865	992
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	14	10
ISS - Impostos sobre serviços a recolher	29	20
COFINS a recolher	112	73
PIS a recolher	24	16
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.329	631
Total	3.373	1.742
Obrigações com grupos de consórcio		
Recursos não procurados - grupos (nota 3.h)	12.342	4.799
Recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial (nota 5)	3.778	3.138
Total	16.120	7.937
Diversas		
Provisão para pagamentos a efetuar	1.113	435
Provisão para passivos contingentes (a)	5.343	7.699
Valores a pagar	—	238
Credores diversos	146	2
Total	6.602	8.374

a) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras - em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço. Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais. Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	2012	2011
Processos cíveis	1.743	3.309
Processos tributários	201	290
Processos trabalhistas	3.399	4.100
Total	5.343	7.699

II - Movimentação das provisões:

	2012			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	
Saldo no início do exercício	4.100	3.309	290	7.699
Baixas	(259)	(707)	—	(966)
Reversões	(442)	(859)	(89)	(1.390)
Saldo no fim do exercício	3.399	1.743	201	5.343

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 14.077.212 cotas, no valor nominal de R\$0,88 cada uma.

b) Reserva de lucros

Nos termos do estatuto social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora.

c) Juros sobre capital próprio

Aos sócios é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei 11.638/07.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2012 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por cota)

	Nota explicativa	2º Semestre 2012	Exercício 2012	
		2012	2012	2011
Receitas da Intermediação Financeira		969	1.840	2.123
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		969	1.840	2.123
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		969	1.840	2.123
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		969	1.840	2.123
Receitas de prestação de serviços	8	11.707	7.352	(823)
Despesas com pessoal	9	(581)		

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado)

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Banco Panamericano S.A.				
Depósitos bancários	5	14	-	-
Títulos e valores mobiliários - CDBs	28.080	2.773	505	366
Valores a receber de sociedades ligadas	-	113	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.				
Dividendos propostos	-	(5)	-	-
Juros sobre capital próprio	(73)	-	(73)	-
Panamericana de Seguros S.A.				
Dividendos propostos	-	(21)	-	-
Juros sobre capital próprio	(274)	-	(274)	-

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 31/12/2012 e 31/12/2011, a Administradora não possui operação em aberto com instrumentos financeiros derivativos.
- b) No exercício findo em 31/12/2012, não foram pagas remunerações aos administradores.
- c) O imobilizado refere-se, basicamente, a aquisição de equipamento de telefonia, com vida útil estimada de 10 anos, no montante de R\$25 (2011 - R\$33).
- d) O intangível refere-se, basicamente, a gastos com desenvolvimento logiciais, com prazo de amortização de 5 anos, no montante de R\$68 (2011 - R\$67).
- e) Obrigações sociais e estatutárias refere-se em 2012 a juros sobre o capital próprio a pagar, no montante de R\$347 e em 2011 a dividendos a pagar, no montante de R\$26.
- f) Resultado não operacional em 2011 refere-se a recebimento de pagamento de crédito, no montante de R\$96.

17. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são efetuadas em títulos públicos (Letras Financeiras do Tesouro - LFT) e foram classificadas na categoria "mantidas até o vencimento".

b) Rendimentos de aplicações financeiras

Os rendimentos financeiros são apropriados mensalmente e proporcionalmente aos respectivos saldos diários de aplicações financeiras dos grupos de consórcio, sendo contabilizados na rubrica "Aplicações financeiras" em contrapartida às contas de "Obrigações por contemplações a entregar" e "Recursos dos

grupos", no passivo.

c) Direitos junto a consorciados contemplados

Os direitos perante os consorciados contemplados representam os valores a receber dos consorciados contemplados, correspondentes ao fundo comum.

d) Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, e o fundo comum, a taxa de administração, o fundo de reserva e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

e) Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

f) Recursos a devolver a consorciados

Os recursos a devolver a consorciados referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela SELIC.

g) Provisão mensal de recursos a receber

A conta de compensação "Provisão mensal de recursos a receber" representa o valor das contribuições a receber (fundo comum) dos consorciados ativos.

h) Contribuições devidas ao grupo

A conta de compensação "Contribuições devidas ao grupo" representa a previsão de recebimento do fundo comum até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

i) Valor dos bens a contemplar

A conta de compensação "Valor dos bens a contemplar" representa o valor total dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

j) Recursos coletados

Os recursos coletados representam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração é calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 34% (25% em 2011).

k) Recursos utilizados

Os recursos utilizados representam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens, no pagamento da taxa de administração, nas despesas de seguros e nas devoluções a consorciados desligados.

l) Informações complementares sobre os grupos em andamento

	Quantidade	
	31/12/2012	31/12/2011
Grupos administrados	21	25
Consorciados ativos (1)	5.625	7.275
Grupos constituídos no exercício	1	-
Grupos encerrados no exercício	5	3
Conсорciados contemplados	3.568	5.766
Conсорciados desistentes e excluídos - total	40.210	53.657
Conсорciados desistentes e excluídos no exercício	1.626	2.052
Conсорciados inadimplentes (2)	538	591
Bens entregues no exercício	552	780
Bens pendentes de entrega - total	699	923
Bens pendentes de entrega no exercício	257	396
Taxa média de inadimplência dos consorciados (2/1)	9,6%	8,1%

18. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - GRUPOS DE CONSÓRCIO

Papel/lastro da operação	31/12/2012				31/12/2011	
	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	38.284	44.709	82.993	85.074	115.865	117.367
Total	38.284	44.709	82.993	85.074	115.865	117.367

(a) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - GRUPOS DE CONSÓRCIO

	Ativo		Receitas	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Banco Panamericano S.A.				
Depósitos bancários	8	-	-	-

DIRETORIA

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Iuri Rapoport
Paulo Alexandre da Graça Cunha
Willy Otto Jordan Neto

Leandro de Azambuja Micotti
José Luiz Acar Pedro
Eduardo Nogueira Demeque

CONTADOR

Sergio de Jesus
CRC 1SP198209/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2012 e as variações nas disponibilidades de grupo de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Aos Administradores e Sócios
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2012 e a demonstração das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa mesma data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com